Direcção Geral das Contribuições e Impostos

I.ª Repartição

DECRETO N.º 679

Sendo-me presente a Consulta do Supremo Tribunal Administrativo acêrca do recurso n.º 14:548, recorrente a Sociedade Germânia, Limitada, recorrido o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos:

Autuada por falta de pagamento do sêlo do n.º 39 da tabela de 24 de Maio de 1902, devido por 47 anúncios pintados em 21 carroças, em circulação nos meses de Maio e Junho de 1913, com o dístico: Germânia, Fábrica de cerveja, Lisboa; foi a Sociedade Germânia condenada pelo secretário de finanças do 2.º bairro de Lisboa no pagamento do sêlo e na multa de vinte vezes a importância do mesmo sêlo; por quarta infracção; recorreu para o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, que lhe negou provimento; e do respectivo acórdão traz, em devido tempo, o presente recurso, alegando que naqueles letreiros não há característica de anúncio; se a houvesse seriam eles isentos de sêlo por estarem afixados nos próprios estabelecimentos de venda dos produtos da fábrica, que são as carroças, colectadas para a venda ambulante; e estando pendente o recurso de autuações levantadas em meses anteriores, não podem elas servir de agravante à multa actual, que a recorrente está pronta a pagar logo que seja declarada definitivamente a sua responsabilidade;

Foram ouvidos o Conselho e o Ministério Público.

Tudo ponderado:

Considerando que o letreiro pintado nas carroças da recorrente constitui um anúncio que unicamente respeita à cerveja exposta à venda ou consumo nas carroças; e à indústria explorada com elas por sua proprietária, a Sociedade Germânia, Limitada;

e que o n.º 139 da tabela geral das indústrias colecta cada carro ou carroça para venda ambulante de cerveja, assim como o n.º 92 colecta o botequim ambulante; mostrando a certidão de fl. 23 v que a recorrente foi tributada por 22 carroças para venda ambulante, e declarando as testemunhas de fl. 9 e 10 que os produtos da fábrica são vendidos sómente nas carroças ambulantes;

Considerando que, assim, tem de aceitar-se essas 22 carroças como estabelecimentos de venda de cerveja da fábrica «Germânia, Limitada»; e como tais, isentos do sêlo pelo indicado anúncio, nos termos da disposição do n.º 39 da tabela de 24 de Maio de 1909, *verbis*: «ficam isentos os anúncios afixados em quaisquer estabelecimentos, quando unicamente disserem respeito aos objectos expostos à venda ou à indústria explorada nesses estabelecimentos»;

— e que não se mostra nem presume que as carroças autuadas sejam diversas das empregadas na venda ambulante, ou como tais colectadas, e com o fim de se subtraírem ao sêlo dos anúncios não se compreenderia a sua inscrição na matriz industrial e consequente submissão a um imposto incomparavelmente mais elevado;

— e que em tais termos estão ao abrigo da isenção do imposto do sêlo os anúncios da fábrica de cerveja «Germânia» pintados nas carroças de venda ambulante, que para efeitos fiscaes constituem estabelecimentos de venda;

— de contrário, e enquanto pendesse de resolução das estações competentes a impugnação das autuações anteriores por idénticas infracções do regulamento do sêlo, não poderiam essas autuações agravar a multa aplicável aos factos praticados antes de decidida, definitivamente, a matéria da impugnação, do mesmo modo que as transgressões sucessivas não constituiriam circunstâncias agravantes dumas para outras, se as primeiras fôsem julgadas e punidas depois de praticadas as segundas:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças,

conformando-me com a referida consulta, nos termos dos artigos 354.º, n.º 2.º, e 355.º do Código Administrativo de 1896, decretar o provimento no recurso e a insubsistência dos autos de infracção.

O Ministro das Finanças assim o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 23 de Julho de 1914. — *Manuel de Arriaga* — *António dos Santos Lucas*.

DECRETO N.º 680

Sendo-me presente a consulta do Supremo Tribunal Administrativo acêrca do recurso n.º 14:850, em que é recorrente Agostinho de Pina e Sousa, official do registo civil em Oliveira do Hospital, recorrido o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, e de que foi relator o vogal efectivo, Dr. Abel Andrade:

Mostra-se que, em 5 de Novembro de 1913, Adriano de Moura Forjaz de Gusmão, chefe de distrito dos Impostos, tendo verificado que Agostinho de Pina e Sousa, official do registo civil em Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra, não havia colado uma estampilha de \$10 em cada uma das certidões de afixação de editais respeitantes aos processos de casamento, do ano civil de 1911, n.ºs 3 a 43, 88 a 106, 110 a 129; do ano civil de 1912, n.ºs 2 a 14, 17 a 31, 33 a 41, 44 a 46, 48 a 54, 56 a 66, 68 a 104; do ano civil de 1913, n.ºs 2 a 31, omissão esta que representa transgressão do disposto na tabela geral do imposto do sêlo, que faz parte integrante da lei de 24 de Maio de 1902, verba 42, e é punida com multa, nos termos do regulamento de 9 de Agosto de 1902, artigo 210.º, levantou, nos termos do artigo 171.º do mesmo regulamento, o respectivo auto de transgressão;

Mostra-se que, cumpridas as formalidades indicadas no decreto-lei de 26 de Maio de 1911, e intimado o auto para comparecer na Secretaria de Finanças e ver julgar a transgressão, declarou que não colou os selos, referidos no auto, por não serem devidos:

a) Porque a tabela n.º 2, aprovada por lei de 10 de Julho de 1912, que altera e acrescenta o decreto de 18 de Fevereiro de 1911, sobre o registo civil, dispõe no n.º 16 que a certidão de afixação do edital é passada na declaração, e, portanto, está isenta de qualquer outro sêlo;

b) Porque do mesmo modo interpreta aquele preceito, o Sr. Manuel Coelho, nas *Anotações* ao Código do Registo Civil, artigo 191.º;

c) Porque a própria Inspecção de Finanças teve de consultar superiormente, recebendo, em 5 de Dezembro de 1913, a comunicação de que a Direcção Geral das Contribuições e Impostos decidiu que os empregados do registo civil tem obrigação de certificar, nos processos de casamento, que foram afixados editais e que, por esse certificado, é devido o sêlo de \$10, devendo os referidos editais ser feitos em papel selado; e esta mesma comunicação foi transmitida ao conservador do registo civil de Coimbra, que, por sua vez, a levou ao conhecimento do autoado a fl. 11;

d) Porque o Conservador Geral do Registo Civil disse, em resposta à consulta que, em seguida àquela comunicação, lhe foi feita, em 2 de Dezembro de 1913, que «no princípio seguiu-se a doutrina de que a certidão de afixação dos editais, passada a própria declaração e como nota ou termo do processo, não pagava sêlo, e assim se procedeu, algum tempo ou pelo menos nalguns pontos, no espírito de baratear os serviços do registo civil. Sendo, porém, parecer da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, que devia pagar sêlo de \$10, começou a seguir-se essa prática, assentando-se nesta interpretação» a fl. 10;

e) Porque não resulta diversa doutrina do officio do

Conservador do Registo Civil de Coimbra a comunicar ao autoado aquela deliberação da Direcção Geral das Contribuições e Impostos;

f) Porque o despacho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, que estabeleceu a obrigatoriedade do imposto do selo referido, tem a data de 5 de Dezembro de 1913, e não podem retrotrair-se os seus efeitos;

Mostra-se que o secretário de finanças, por despacho de 30 de Dezembro de 1913, julgou subsistente o auto de transgressão; e d'este despacho recorreu o autoante para o Conselho Geral das Contribuições e Impostos, alegando:

a) Que não pode deduzir-se do citado n.º 16, da tabela n.º 2, que as certidões de afixação de editais, respeitantes aos processos de casamentos, estão isentas do selo de estampilha de \$10, estabelecido na tabela citada, que faz parte integrante da lei de 1902, artigo 42.º, por se tratar de «certidão passada em papel selado de qualquer outro acto»;

b) Que não procede a doutrina do comentador do registo civil, sendo certo que não se refere ao assunto dos autos o artigo 191.º do decreto de 18 de Fevereiro de 1911;

c) Que o recorrente nunca teve dúvidas sobre a obrigatoriedade do referido imposto do selo;

d) Que o conservador geral do registo civil declarou que só «em algumas partes não se pagava» o imposto do selo pedido;

e) Que o officio do conservador do registo civil de Coimbra confirma a procedência dos autos;

f) Que não existe retroactividade, porque o imposto do selo exigido consta do decreto de 18 de Fevereiro de 1911, tabela provisória, artigo 2.º, n.º 19, e da citada lei de 1912, combinados com a citada tabela do selo de 1902, verba 42;

Mostra-se que o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, por acórdão de 13 de Março de 1914, concedeu provimento no recurso, revogando a decisão recorrida, e condenou o transgressor no pagamento do selo, multa, custas e selos do processo.

E d'este acórdão foi interposto o presente recurso para o Supremo Tribunal Administrativo.

O que tudo visto e ponderado, ouvido o Ministério Público:

Considerando que o tribunal é competente, as partes legítimas e os próprios que estão em juízo, e que neste recurso, interposto no prazo legal, foi empregado o processo competente;

Considerando que, nos termos da tabela que faz parte integrante da lei de 24 de Maio de 1902, verba 42, as certidões pagam por estampilha \$10, cada uma, quando passadas ou começadas no papel doutra certidão ou de qualquer outro acto, e as certidões de afixação dos editais respeitantes aos processos de casamento são passadas na declaração, como ordena a lei de 10 de Julho de 1912, tabela n.º 2, n.º 16;

Considerando que nenhuma disposição do Código do Registo Civil contraria a aplicação da verba 42 da tabela de 1902, e que a nenhum funcionário aproveita a ignorância da lei;

Considerando que não consta, provada no processo, a existência de ordem do legítimo superior hierárquico, a que se refere o regulamento de 9 de Agosto de 1902, artigo 208.º;

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças e conformando-me com a presente consulta, denegar provimento no recurso interposto.

O Ministro das Finanças assim o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 23 de Julho de 1914.—*Manuel de Arriaga*—*António dos Santos Lucas*.

3.ª Repartição

DECRETO N.º 681

Tendo chegado ao conhecimento do Governo os prejuizos sofridos por muitos proprietários da região duriense, em virtude das últimas trovoadas que, não só destruíram culturas, como também desenvolveram doenças que os privaram das suas colheitas, e, achando-se o Governo animado dos melhores desejos de atenuar, dentro dos limites das suas atribuições, a situação dos mesmos contribuintes; e

Considerando que os estragos produzidos pela doença que atacou as vinhas da região duriense e os motivados pelas trovoadas de violência absolutamente extraordinárias, que flagelaram a região de Mesão Frio, excedem as perdas que de ordinário acontecem, por efeito das irregularidades da estação e das doenças das culturas;

Considerando que muitos lavradores e câmaras municipais não vieram requerer as anulações por sinistro, de que trata o artigo 199.º do Código da Contribuição Predial, por terem dúvida na compreensão dos referidos estragos, na benéfica disposição do mesmo artigo e deixaram passar o prazo marcado no artigo 200.º do referido Código:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Os contribuintes e câmaras municipais da região chamada duriense, que no corrente ano agrícola sofreram prejuizos nos seus prédios e que possam considerar-se ao abrigo do artigo 199.º do Código da Contribuição Predial, devem requerer, com relação ao mesmo ano, e na parte respectiva à diminuição sofrida no rendimento colectável desses prédios, a anulação da correspondente colecta da contribuição predial.

Art. 2.º Os requerimentos serão feitos nos termos do mesmo Código e entregues aos secretários de finanças dos respectivos concelhos, dentro do prazo de trinta dias, a contar da data da publicação d'este decreto.

O Presidente do Governo e Ministro do Interior, e, interino, da Justiça e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 23 de Julho de 1914.—*Manuel de Arriaga*—*Bernardino Machado*—*António dos Santos Lucas*—*António Júlio da Costa Pereira de Eça*—*Augusto Eduardo Neuparth*—*A. Freire de Andrade*—*João Maria de Almeida Lima*—*Alfredo Augusto Lisboa de Lima*—*José de Matos Sobral Cid*.

MINISTÉRIO DO FOMENTO

Secretaria Geral

LEI N.º 264

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º O Ministério do Fomento fará imediatamente depositar na Caixa Geral de Depósitos, e á ordem dos corpos, corporações administrativas e entidades por que foram distribuídas pelo Ministério de Instrução, os 200.000\$ destinados a subsídios para construções escolares.

Art. 2.º O levantamento dessas quantias será feito directamente pelos corpos, corporações administrativas e entidades subsidiadas, necessitando, porém, o respectivo precatório, para ser pago, de ser visado pelo fiscal da obra a que se refere o artigo 4.º, que só porá o visto quando tenham sido cumpridas as disposições desta lei e sob a sua responsabilidade.

Art. 3.º Os precatórios serão pagos na tesouraria do finanças do respectivo concelho e aos corpos, corporações administrativas e entidades subsidiadas pertence-